

**Intervenção do deputado António Ventura no Projeto de Resolução**  
**sobre a Base das Lajes**

Senhora Presidente da Assembleia  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente do Governo  
Senhoras e Senhores Membros do Governo

A localização dos Açores no planeta assume uma condição que tem despertado a atenção da “política geográfica” global, motivo pelo qual estamos referenciados no mapa-mundo por grandes potências, blocos ou grupos de Países, como fazendo parte de uma atual ou futura estratégia.

Desta constatação, também nasceu o Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, Técnico e Laboral que tem proporcionado nos Açores e, em particular, na Ilha Terceira, a criação e manutenção de várias centenas de postos de trabalho.

Uma presença militar que tem 70 anos de idade e que se caracteriza por uma relação amigável e de bem-estar entre povos, tendo, inclusive, influenciado modos e hábitos culturais e desportivos na Ilha Terceira.

Este acordo, acima de tudo, materializa as vantagens do papel estratégico que os Açores desempenham no quadro transatlântico, afirmando Portugal e projetando os Estados Unidos no mundo.

Os Açores configuram, assim, um relevante e insubstituível epicentro na geopolítica internacional.

Senhoras e Senhores Deputados, os Estados Unidos da América comunicaram a Portugal a sua intenção de alterar a forma como tem vindo a ser utilizada a Base das Lajes, designadamente, com a redução dos contingentes de trabalhadores Portugueses e de forças militares norte-americanas.

Esta disposição tem merecido grande preocupação da população da Ilha Terceira, sobretudo no que se refere às consequências sociais e económicas locais.

Consequências que já se fazem sentir pela diminuição do número de civis norte-americanos e, como tal, verifica-se uma quebra significativa no aluguer de casas, na aquisição de serviços e no consumo de bens o que tem implicado o desaparecimento de muitos postos de trabalho diretos e indiretos.

A deliberação unilateral dos Estados Unidos da América desperta-nos e alerta-nos para a forte dependência socioeconómica da Base militar e impele-nos a procurar e diversificar vias alternativas.

Importa, a este momento, reconhecer que a maior parte dos partidos políticos desta casa, através do seus líderes e o próprio Governo Regional têm estado articulados e direcionados para uma “diplomacia ativa” perante a República, mas principalmente, no Senado dos Estados Unidos na tentativa de inverter ou mitigar esta decisão.

Todos temos rejeitado a decisão como irreversível e por isso encontramos apoio político que já produziu, pelo menos, algum compasso de espera essencial neste processo.

O travão diplomático conseguido resulta de uma sensibilidade política de alguns protagonistas externos que evoluiu para a procura de justificações e ganha contornos de relacionamento históricos.

O PSD/Açores, consciente das virtudes e problemáticas da Base das Lajes tem vindo a envolver este Parlamento neste tema de superior interesse, mesmo antes de ser conhecida a determinação dos Estados Unidos.

Recordo, por exemplo, a proposta de criação de uma Comissão Eventual, na última legislatura, para avaliar o real impacto do acordo, mas igualmente o Grupo Parlamentar do PSD/açores apoiou outras iniciativas de outras forças políticas para que esta Assembleia se manifesta-se na defesa de tão importante tema.

O Parlamento Regional continua a acompanhar a situação da Base das Lajes através da Comissão de Política Geral, procedendo a diversas audições e contactos e, em todas as ocasiões, sempre manifestando a sua preocupação e exercendo a sua influência.

Agora é, preciso, dar um passo em frente, ir ao encontro de soluções pela compreensão de novas potencialidades para a Base das Lajes. Um passo conjunto e inadiável, mas proposto por esta Assembleia, como suprema atitude política na defesa dos Açores.

Isto não significa que não estejam a ser procuradas alternativas ou programas que possam atenuar a vontade dos Estados Unidos, isto significa que a Assembleia assume uma nova responsabilidade na sua envolvimento.

É, pois, neste sentido, fundamental estudar novas possibilidades de valências e funcionalidades para que a Base das Lajes, e de toda a estrutura que lhe é inerente, como o respetivo porto marítimo de modo a constituir um polo de emprego na Ilha Terceira, contribuindo assim para o desenvolvimento económico dos Açores.

Potencialidades que podem resultar de novas inquietudes e carências a uma escala global adotando dimensões como a humanitária, as científicas, as ambientais, as de segurança e vigilância do atlântico, as económicas como seja a abertura do canal do Panamá e o previsível aumento de tráfego marítimo e na esfera da NATO e da ONU.

Identicamente podem surgir possibilidades no âmbito da União Europeia, aliás, naquela que deve ser a “identificação prática” e não apenas formal dos Açores como fronteira da Europa, designadamente nos vários acordos comerciais multilaterais e bilaterais.

Em especial, depositamos grandes expectativas no acordo de Livre Comércio que está a ser negociado entre os Estados Unidos da América e a União Europeia.

A este propósito, interessa não esquecer que a Base das Lajes é o centro de uma Zona Económica Exclusiva (ZEE), onde circula, atualmente, cerca de 53% do comércio externo da União Europeia.

Não menos verdade é o facto da instabilidade existente nalguns pontos do globo poder vir a devolver o interesse militar na Base das Lajes, como na Ucrânia, na Síria, no Iraque, nas questões de segurança no Norte de África, entre outras.

Certo é que devemos procurar soluções alternativas independentemente da evolução militar da Base das Lajes, até porque os Açores garantem uma multiplicidade de espaços e ligações que não podem cair no subaproveitamento.

Certo é também, que para além das evidências de circunstância e de “oportunidades de hora” devemos ser capazes de agir na construção de um Conceito Regional Estratégico que proporcione uma linha de orientação e atuação.

A geocentralidade atlântica do Arquipélago materializada nos benefícios da geografia, do tempo e do espaço, fundamenta uma maior atenção da política regional.

Temos para o efeito, as prerrogativas da Autonomia para criar um posicionamento político próprio de futuro, que evite o isolamento e permita estabelecer as nossas vantagens geopolíticas e geoestratégicas.

Participamos na primeira globalização, fomos capital administrativa dos oceanos, centro de abastecimento do Atlântico e proteção militar das rotas marítimas. Seguiram-se e seguem-se outras globalizações, e para não perdermos a chamada necessitamos de previsibilidade e diplomacia.

Senhora Presidente da Assembleia  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente do Governo  
Senhoras e Senhores Membros do Governo

É de todo útil compreender as novas oportunidades internas e externas que a Base das Lajes pode proporcionar, tendo em conta as capacidades estruturais que detém.

Para isso estamos todos convocados para permanecermos dinâmicos e presentes: Governo da República, Governo Regional, Autarquias Locais, Fundação Luso Americana e demais parceiros sociais.

Convocados de forma esforçada, permanente e douradora para fazer uso de todos os instrumentos e meios institucionais para a defesa dos interesses da Região.

Disse  
António Ventura